



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS  
CURSO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

EMYLLE CRISTINE ALVES E SILVA

**FATORES EXPLICATIVOS DOS CONFLITOS INTERNACIONAIS  
RELACIONADOS A SEGURANÇA ENERGÉTICA DO PETRÓLEO**

ANGICOS

2020

EMYLLE CRISTINE ALVES E SILVA

**FATORES EXPLICATIVOS DOS CONFLITOS INTERNACIONAIS  
RELACIONADOS A SEGURANÇA ENERGÉTICA DO PETRÓLEO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada a  
Universidade Federal Rural do Semi-Árido –  
UFERSA – Campus Angicos como requisito  
para obtenção do título de bacharel em Ciência  
e Tecnologia.

Orientador: Prof. Me. Leonardo Magalhães  
Xavier Silva

ANGICOS

2020

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

S587f Silva, Emylle Cristine Alves.  
Fatores explicativos dos conflitos  
internacionais relacionados a segurança energética  
do petróleo / Emylle Cristine Alves Silva. - 2020.  
47 f. : il.

Orientador: Leonardo Magalhães Xavier Silva.  
Monografia (graduação) - Universidade Federal  
Rural do Semi-árido, Curso de Ciência e  
Tecnologia, 2020.

1. Conflitos. 2. Países exportadores e  
importadores. 3. Brasil. I. Silva, Leonardo  
Magalhães Xavier, orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

EMYLLE CRISTINE ALVES E SILVA

**FATORES EXPLICATIVOS DOS CONFLITOS INTERNACIONAIS RELACIONADOS  
A SEGURANÇA ENERGÉTICA DO PETRÓLEO**

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciência e tecnologia.

Defendida em: 06 / 02 / 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

Leonardo Magalhães Xavier Silva, Prof. Mes. (UFERSA)  
Presidente

Marcus Vinicius Sousa Rodrigues, Prof. Dr. (UFERSA)  
Membro Examinador

Ana Luiza de Araújo, Bacharel em Engenharia Civil -UFERSA  
Membro Examinador

*Dedico este trabalho aos meus pais, familiares em geral, amigos e ao meu orientador, por todo apoio emocional e ajuda intelectual para realização deste trabalho.  
Dedico este trabalho a minha avó Marlene Alves da Silva (In Memoriam), ela estaria muito feliz e orgulhosa se pudesse prestigiar este momento de extrema importância na minha vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus pais, Kátia e Jorge, por sempre me apoiarem nas minhas decisões, a me influenciarem em tudo que envolvesse estudos e pelo amor que eles têm por mim, sempre me colocando como prioridade acima de tudo.

A toda minha família, minha avó Silene, meu avô Jorge, minhas tias Josileide, Josenilda, Josilene e ao meu tio Joenilson. Minha principal base, sem eles não teria chegado aonde estou agora e não iria conseguir ir mais além. Agradeço por sempre me ajudarem de qualquer forma possível, desde algo mais fútil como um conselho, a algo de extrema importância como na minha vida acadêmica.

Ao meu orientador Leonardo Xavier por ter me mostrado esse tema e me ajudado desde o princípio, dando miniaulas em suas orientações, assim pude adquirir mais conhecimento no assunto e pela sua paciência comigo. Agradeço também a banca por estar presente neste momento de extrema importância na minha vida acadêmica.

Agradeço a minha segunda família que Angicos me deu. A Maria Heloísa por ter se tornado mais do que uma pessoa com quem divido apartamento, mas sim uma irmã que nunca tive. A Eduardo, o irmão que sempre quis ter e Angicos me deu como presente. A Maria Bruna, Marrony, Katyellen, Ruan, Ismael, Matheus, Andrielle e Ana Luiza por fazerem parte dessa família desde o começo, seja nos encontros ou na faculdade. A Letícia Carla, Marcos Araújo, Niágara, Vanessa, Milla e Eryka pelos momentos inesquecíveis que vivi aqui. A Cybelle, Clarice, Heloize, Layane, Maria Heloísa e Ananka por essa amizade recente que se tornou mais um pilar e vou levar para toda minha vida. Agradeço a todos vocês e aos que não citei em nomes aqui, mas que vão permanecer comigo, a todo apoio emocional que me deram e por me aguentarem durante todo esse percurso, sei que não uma tarefa fácil.

Agradeço a minha outra família em Caicó, Apolônia, Pedro Gabriel, Ramon e Laura que estiveram comigo desde o ensino médio, me apoiando e ajudando em absolutamente tudo, sem eles tudo seria mais difícil. A minha sobrinha Marina que é meu pontinho de paz, perto dela tudo fica mais fácil.

Por fim, agradeço a todos que me ajudaram, mesmo que indiretamente, na conclusão desde trabalho.

“Quanto mais aumenta nosso conhecimento,  
mais evidente fica nossa ignorância”.  
(John F. Kennedy).

## RESUMO

Nos dias atuais, o petróleo é um componente da matriz energética de extrema importância mundial, sendo motivos de conflitos geopolíticos dos países que têm a sua posse e aqueles que não o possuem. Com isso, deve-se ser levado em consideração a segurança energética deste óleo em cada país que o produz e faz o seu consumo. Garantindo com que as oscilações em seu preço no mercado não tragam consequências futuras para os referidos países. Porém, devido a interdependência entre os países exportadores e importadores, junto com os conflitos (políticos, econômicos, estratégicos e socioeconômicos), dificultaram ainda mais a sua segurança. Mediante isto, muitos países, principalmente os que não apresentam políticas fundadas, entraram em crise e tiveram que mudar suas políticas para poder lidar com dívidas e sua dependência com o produto. No Brasil, o petróleo trouxe consigo incentivo a luta para que o mesmo fosse nacionalizado, impedindo que empresas estrangeiras retirassem o que é seu, dessa forma o Brasil teve seus momentos de crise e, logo após, o seu desenvolvimento. Esse trabalho tem como objetivo explorar alguns dos referidos conflitos nos países citados, trabalhando também a sua política para segurança energética.

**Palavras-chaves:** Conflitos. Países exportadores e importadores. Brasil

## ABSTRACT

Nowadays, oil is a component of the energy matrix of extreme global importance, being the reason for geopolitical conflicts in the countries which have its possession and those that have not. Thus, the energy security for this oil must be taken into account in each country which produces or consumes it. Granting that fluctuations in oil price on the market do not bring future consequences for those countries. However, the interdependence between exporting and importing countries, together with conflicts (political, strategical and socioeconomical) had made their energetic security even more difficult. As a result, many countries, especially those that do not present well-founded policies, went into crisis and had to change their policies in order to deal with debts and their dependence on the product. In Brazil, oil brought with it an incentive to fight for it to be nationalized, preventing foreign companies from taking what is theirs, thus Brazil had its moments of crisis and, soon after, its development. The current paper has as goals to explore some of the referred conflicts at cited countries as well as describe its policies for energetic security.

**Keywords:** Conflicts. Exporting and importing countries. Brazil

.



## LISTA DE FIGURA

|                                                                                                         |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 1</b> – Consumo de petróleo, segundo regiões geográficas (milhões barris/dia) –<br>2018 ..... | 35 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                         |    |
|-------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Gráfico 1</b> - Evolução do preço do petróleo entre 1973 e 2012..... | 23 |
| <b>Gráfico 2</b> - Matriz Energética Mundial 2016 .....                 | 24 |
| <b>Gráfico 3</b> - Valor das exportações do petróleo venezuelano .....  | 26 |
| <b>Gráfico 4</b> - Gasto sociais (1984-2005).....                       | 28 |
| <b>Gráfico 5</b> - Matriz Energética da Alemanha em 2018 .....          | 33 |
| <b>Gráfico 6</b> - EUA lideram produção de petróleo.....                | 36 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                     |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Tabela 1</b> - Composição das exportações, 1920- 1935 (milhões em bolívars)..... | 25 |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----|

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|       |                                                  |
|-------|--------------------------------------------------|
| UFRJ  | Universidade Federal do Rio de Janeiro           |
| ONU   | Organização das Nações Unidas                    |
| OPEP  | Organizações dos Países Exportadores de Petróleo |
| PDVSA | Petróleo de Venezuela AS                         |
| AD    | Ação Democrática                                 |
| URD   | União Republicana Democrática                    |
| PIB   | Produto Interno Bruto                            |
| EUA   | Estados Unidos da América                        |
| ISE   | Sistema de Energia Solar                         |
| AIE   | Agência Internacional de Energias                |
| CNP   | Conselho Nacional de Petróleo                    |

## SUMÁRIO

|                                                                     |           |
|---------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                            | <b>15</b> |
| <b>2 OBJETIVO.....</b>                                              | <b>16</b> |
| 2.1 Objetivo geral.....                                             | 16        |
| 2.2 Objetivos específicos.....                                      | 16        |
| <b>3 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>                                   | <b>17</b> |
| 3.1 Contextualização histórica.....                                 | 17        |
| 3.2 Conceito de segurança energética.....                           | 19        |
| 3.2.1 REALISMO X LIBERALISMO.....                                   | 20        |
| 3.2.2 PAÍSES PRODUTORES E CONSUMIDORES.....                         | 21        |
| 3.2.3 PETRÓLEO INTER-RELACIONADO COM A SEGURANÇA<br>ENERGÉTICA..... | 22        |
| <b>3.3 Países produtores.....</b>                                   | <b>25</b> |
| 3.3.1 VENEZUELA.....                                                | 25        |
| 3.3.2 NORUEGA.....                                                  | 29        |
| <b>3.4 Países consumidores.....</b>                                 | <b>31</b> |
| 3.4.1 ALEMANHA.....                                                 | 31        |
| 3.4.2 ESTADOS UNIDOS.....                                           | 33        |
| <b>3.5 A questão do petróleo no Brasil.....</b>                     | <b>36</b> |
| 3.5.1 PETROBRAS.....                                                | 39        |
| <b>4 METODOLOGIA.....</b>                                           | <b>40</b> |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                 | <b>41</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                            | <b>43</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Energia pode ser definida como a capacidade de realizar trabalho. Na sociedade humana, a energia é tida em duas classes distintas, de acordo com sua produção: energias renováveis e não renováveis. Neste estudo será dado mais ênfase nas não renováveis, em especial ao petróleo, como também sobre sua segurança energética e sua política nos países que serão citados no decorrer do trabalho.

O petróleo é uma fonte energética utilizada desde os primórdios da humanidade, aproximadamente 4000 a.C., para fins cotidianos como ainda é usado nos dias atuais. Esta mesma energia se deu para usos industriais em meados do século XIX, em 1850, onde nasceu a indústria petrolífera. A desse ponto deu o início dos diversos conflitos energéticos entre os países, sendo de interesses políticos, estratégicos e bélicos. Também teve o surgimento do conceito de energética que será visto e discutido neste trabalho (PAIVA, 2017)

A disparidade da distribuição geográfica do petróleo levou a conflitos entre os países em busca do acesso a essa fonte de energia. Em consequência desses conflitos emergiu o conceito de segurança energética que muitas vezes se encontra associado ao Petróleo.

Ao longo do século XX, a preocupação com a segurança energética tornou-se central em qualquer planejamento, levando governantes e estrategistas a desenvolverem análises acerca dos riscos de paralisia da economia ou de violações da soberania, com considerações inclusive de logística militar. (OLIVEIRA, 2007, p.111).

Há uma direta relação entre energia e segurança, onde a primeira é especial e bastante complexa, sendo acessível e de extrema importância a todos: nada existe que não seja por meio da energia ou afetada pela mesma. Devido sua amplitude, a segunda tem o caráter de influenciar a energia e diversos aspectos, deixando a segurança de ser um domínio de significado e prática limitados, e tornando-se ainda uma questão politicamente corriqueira. Também é preciso salientar que a segurança energética pode apresentar diferentes significados de acordo onde a mesma seja estabelecida em contextos distintos, pois quer como objeto de análise ou matéria política, a relação entre energia e segurança nem sempre será uniforme (CIUTÃ, 2010).

Dentre este contexto, o referido estudo tem como objetivo geral realizar uma revisão sobre o conceito de segurança energética a relacionando com o petróleo, com um contexto histórico deste insumo e dos seus conflitos nos países envolvidos.

## **2 OBJETIVO**

### **2.1 Objetivos Geral**

Fazer uma revisão sobre o conceito de segurança energética, relacionando a mesma com o petróleo, falando da sua história e dos seus conflitos citando os países envolvidos.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Revisão bibliográfica sobre o conceito de segurança energética em seus respectivos pontos de vista;
- Explanar os fatores que causaram os conflitos;
- O comportamento e uma breve revisão bibliográfica sobre as políticas adotadas nos países consumidores e produtores;
- E expor como o Brasil se comportou com a fonte energética.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

### 3.1 Contextualização histórica

A sociedade contemporânea deve grande parte de sua evolução ao petróleo, fazendo com que este conquistasse espaço e importância através de seus diversos usos. Antes desse produto ser utilizado para fins energéticos e até mesmo bélicos, o petróleo era utilizado para fins medicinais. Destaca-se sua comercialização pelo médico Samuel Kier na década de 1850. Devido a intensa campanha de marketing, junto com a logística de comercialização, essa transação ficou extremamente valorizada, o que levou Kier a restringir a venda apenas a farmácias. Toda esta propaganda do petróleo chamou a atenção do então Coronel Drake que junto com um grupo de investidores foram em busca do produto, que na época surgia naturalmente em determinadas regiões (COPPE/UFRJ, 2014).

Mediante isso, Edwin Laurentine Drake foi contratado pelo advogado George Bissell para exploração do produto. Esta exploração se baseava na produção de petróleo em grande quantidade e no seu posterior refino para a produção de querosene de iluminação. Desta forma competiria com o óleo de carvão, que dominava o mercado na época. Foi apenas em 1859 que o Coronel Drake conseguiu extrair petróleo do subsolo, dando início a Era do Petróleo (YERGIN, 2012).

A família Rockefeller é uma das mais conhecidas por revolucionar o setor petrolífero, dominar a indústria na Era do Petróleo e fundar o maior império econômico de todos os tempos. Em 1870, John Davison Rockefeller fundou a Standard Oil Company junto com seu irmão William Rockefeller e outros associados. O mercado petrolífero encontrava-se bastante instável na época devido ao grande número de empreendedores independentes e inexperientes competindo uns com os outros. Na visão de Rockefeller, o segredo do sucesso em um mercado volátil estava em controlar o refino, as redes de comercialização e os produtos derivados dele, ou seja, a verticalização da empresa. Em pouco tempo, a Standard Oil controlava 10% de toda indústria petrolífera dos Estados Unidos, desde o seu refino até a sua comercialização, tornando-se um dos maiores transportadores de petróleo e querosene do país. (COPPE/UFRJ, 2014).

Devido o crescimento da Standard Oil, Rockefeller viu seu império correr um grande risco com a chegada de um novo adversário para concorrer no mercado industrial. O inventor e cientista, Thomas Edison, revolucionou a tecnologia com a criação da lâmpada elétrica, um novo produto nunca visto no mercado, sendo uma grande ameaça para os negócios de

Rockefeller. Com a aceitação desta invenção, logo passou a ter a gradativa substituição do querosene iluminante pela lâmpada elétrica. Foi então em 1903, que Henry Ford fundou sua empresa de automóveis, a Ford, a partir daí teve um aumento significativo no consumo de petróleo, com isto a Standard Oil conseguiu se adaptar ao novo mercado além de expandir sua produção para gás natural nos Estados Unidos (YERGIN, 2012).

A partir de 1956 teve início os conflitos pelo poder do petróleo, sendo o responsável pelo primeiro conflito de interesses o então presidente egípcio, Gamal Abdel Nasser. Devido seu poder como presidente, Nasser decidiu nacionalizar o Canal de Suez, única ligação entre o Mediterrâneo e o Mar Vermelho e principal canal de petróleo dos países árabes para a Europa. Desta forma, restavam apenas duas opções aos petroleiros provindos do Golfo Pérsico: contornar todo o continente africano para alcançar os centros consumidores ou pagar ao Egito o que era pedido (GASPARETTO, 2013b).

De acordo com o referido autor, essa medida gerou insatisfação por parte da França e da Inglaterra, que, temendo o nacionalismo árabe defendido por Nasser, optaram por uma intervenção militar punitiva na região, com o apoio de Israel. Com isso, no mesmo ano, o Sinai, monte pertencente ao Egito, foi invadido por Israel, e, logo em seguida, tropas francesas e britânicas ocuparam o território, assumindo o controle militar do canal. A ocupação territorial, no entanto, não foi percebida de maneira positiva pelo resto do mundo e recebeu diversas críticas da comunidade internacional. Diante da repercussão o Conselho Nacional da ONU interviu na situação, exigindo a desocupação da área recém-conquistada e enviando uma Força Internacional de Paz ao canal que finalmente foi reaberto ainda em 1957.

Em decorrência do Petróleo ter se tornado a principal fonte energética no mundo, em 1960, foi fundada a OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, pelos países produtores com a finalidade de defender os seus interesses, sendo formado pela Arábia Saudita, Kuwait, Irã, Iraque e Venezuela. Em uma de suas reuniões, em 1973, os países membros decidiram aumentar significativamente o valor do produto, diminuindo também a sua produção. Mediante ao grande estrago, foi decretado o Primeiro Choque do Petróleo, afetando vários países pela falta do produto e sua racionalização, acarretando um desequilíbrio da balança comercial dos países afetados (SANTIAGO, 2011a).

Ainda se recuperando dos impactos causados pelo primeiro choque, em 1979, iniciou-se uma crise emergencial cujo desenrolar, acarretou a Segunda crise do Petróleo. Gerando conflitos com o Irã, segundo maior produtor de óleo, cortando a sua venda e distribuição. Esta crise foi baseada em conflitos políticos, onde o governo impopular e corrupto do xá Reza Pahlevi seria deposto por um movimento de cunho religioso e moralista cujo líder era o

aiatolá Khomeini, que não tinha tanta simpatia pelos países dependentes do petróleo. Como consequências, ocorreu uma enorme catástrofe no mercado de petróleo, seu preço alcançou o dobro do preço cobrado pelo barril após a crise de 1973. Esta crise é considerada pior do que a de 1973 devido ao seu tempo ser maior, chegando a quase quebra de diversos países dependentes do produto. Somente em 1986, com a guinada do foco do Irã para a guerra com Iraque, finalmente o preço do óleo volta a “normalidade” (SANTIAGO, 2011b).

### **3.2 Conceito de segurança energética**

Mediante a contextualização histórica citada anteriormente, é perceptível que não existia uma política centralizada no abastecimento dos países produtores. Diante disto, após o Primeiro Choque do Petróleo, o termo segurança energética passou a ser reconhecido, tornando-se motivo de pauta nos debates políticos referentes a distribuição adequada desta fonte de energia.

Apesar de ser um conceito considerado recente, as preocupações da segurança energética estão mais voltadas ao fornecimento de petróleo e gás, devido as reservas mundiais de petróleo estarem monopolizadas na região da Península Arábica e do Oriente Médio, regiões estas que se encontram instáveis devido as suas políticas e ao terrorismo que sempre se encontra presente (RODRIGUES; SILVA, 2015).

De acordo com os autores, essa instabilidade geopolítica, deve-se a evolução do sistema internacional junto com a mudança dos países fornecedores e consumidores, tornando o conceito energético mais complexo, tendo prioridades maiores do que apenas o fornecimento da matéria, espalhando o seu alcance para estudos da economia política internacional, da geopolítica e da segurança.

Dois autores americanos, David Goldwyn e Jan Kalicki (2013), em seu trabalho, *Energy and Security: Toward a New Foreign Policy Strategy*, definem segurança energética como a aptidão de suprir os recursos vistos como necessários para o contínuo desenvolvimento do poder nacional. Deve-se levar em consideração dois pilares importantes para a segurança energética: a capacidade de proteção da economia global decorrente da oscilação dos preços e a capacidade de garantir os preços.

Desta forma, é evidente a estreita relação entre o petróleo e a segurança energética, sem a mesma esta fonte seria utilizada de forma irregular, com intuítos e objetivos contrários aos que são utilizados nos dias atuais.

### 3.2.1 REALISMO X LIBERALISMO

Agora será mostrado duas ideologias totalmente opostas, com ideias contrárias, mas que podem ser seguidas em um país. O primeiro ideal é voltado para uma nação mais nacionalista, onde se vive em prol do Estado e é dado todo poder ao mesmo. Já o segundo ideal é mais liberal, voltado para a colaboração do Estado junto com as ações não estatais.

A abordagem do realismo sobre o conceito da segurança energética, sendo este um tradicional modelo das Relações Internacionais, está voltada para dois elementos básicos: o primeiro é uma definição nacional e defensiva de segurança, sendo presente tanto na dimensão militar quanto na balança de poder, tornando-se principais garantias da segurança estatal; e o segundo é a ideia de vontade de sobrevivência dos indivíduos (BRITO; SANTOS; NAVA, 2012).

As Relações Internacionais consistem em uma estreita relação entre a segurança e o Estado, de tal forma que o seu território e sua população devem ser protegidos mediante qualquer ameaça externa. Tendo que os únicos atores considerados válidos nesse sistema é o Estado (LACERDA, 2006).

De acordo com o ponto de vista do autor, o Estado é estadocêntrico, ou seja, ele está no centro de tudo, detendo o monopólio do uso da força sendo o principal elemento para garantir a sobrevivência e a segurança quando acontecer uma confusão a níveis internacionais.

Se contrapondo a essa linha de pensamento tem a abordagem liberal, sendo este outro modelo das Relações Internacionais, onde a segurança não é mais voltada apenas no Estado, o contrário disto. A segurança é tida a partir da cooperação com ações não estatais, levando em consideração que essas ações podem influenciar, quando usadas no momento certo, o Estado a não se envolver em guerras, salvando assim sua população (SARFATI, 2005).

O autor conclui que o liberalismo busca acrescentar teses relacionadas à segurança, englobando outras questões de caráter internacional, como é o caso do meio ambiente com suas eventuais mudanças climáticas. Questões também fundamentais para o bem-estar da população, sendo estas o acesso a bens e prestação de serviços essenciais. Deixando mais de lado a segurança militar, se voltando para os setores sociais, ambientais, políticos e econômicos.

### 3.2.2 PAÍSES PRODUTORES E CONSUMIDORES

Seguindo o pensamento liberal das Relações Internacionais, a pauta moderna sobre a segurança energética leva em consideração a relação dos países produtores (exportadores) com os países consumidores (importadores), se importando com a interdependência das nações envolvidas. Observando como sua relação é estruturada, para que possam ser evitados grandes conflitos em decorrência do suprimento de energia, fazendo assim com que os países tenham uma boa relação para satisfazer ambas necessidades (BRITO; SANTOS; NAVA, 2012).

A segurança energética deve ser encarada como uma garantia de uma rede de suprimento global de energia que permita o fácil funcionamento das políticas aceitáveis das economias nacionais. Essa definição é compreendida de formas diferentes pelos países produtores e consumidores de energia. Dessa forma, alavancar a segurança energética é essencial para que se tenha uma boa relação entre as nações envolvidas (WILLRICH, 1978).

Segundo o referido autor, as grandes ganâncias dos países consumidores são da chegada dos seus recursos e da segurança dos seus fornecimentos. O grande benefício dos países produtores é o acesso ao mercado e a segurança das demandas. Ambos países buscam conservar suas leis internas e o fracasso nas suas relações energéticas pode ser mutualmente perigoso, acarretando uma desordem política, social e econômica.

Para evitar ocasiões de conflito e oposição de interesses ambas as nações podem equilibrar suas políticas, esse equilíbrio é algo comum uma vez que os países dividem os mesmos interesses de curto e longo prazo (WILLRICH, 1978).

Dalgaard e Glöck (2009) expõem a problemática da segurança energética e da interdependência dos países a partir da concepção dialética. Nela é utilizada uma metodologia padrão de tese, antítese, síntese. A tese retrata uma situação inicial. Em seguida a antítese compara a tese com alguma dificuldade. Por último, a síntese reproduz a solução da contradição.

Com forme a filosofia de Dalgaard e Glöck (2009), a situação descreve um cenário hipotético ideal onde os países são totalmente consumidores ou produtores de energia. Antes mesmo de manterem algum contato, ambos já se encontram em um estado de maior insegurança energética. Os produtores encaram a insegurança da demanda, precisando exportar os excedentes energéticos para poder gerar riqueza e exercer influência política. Os países consumidores encaram a insegurança de suprimentos, precisando importar apenas a energia necessária para sua economia funcionar. Como solução para ambas inseguranças, os

próprios países iniciam um comércio de recursos energéticos e conseguem alcançar, mutualmente, uma maior segurança energética por meio de uma maior interdependência.

### 3.2.3 PETRÓLEO INTER-RELACIONADO COM A SEGURANÇA ENERGÉTICA

A concepção da indústria do petróleo foi idealizada a partir de uma contextualização histórica, movida por conflitos de cunho geopolíticos, conflitos estes já citados neste trabalho.

O discurso da segurança energética do petróleo tem como base explicar a rápida evolução deste produto que alcançou o topo da matriz energética, e permanece nela até os dias atuais. Sua referida ascensão se deu a partir de motivos como: a qualidade da tecnologia atualmente disponível, a competitividade dos preços nos barris de petróleo, tendo em vista sua ampla disponibilidade. Acarretando uma maior dependência ao petróleo, garantido uma maior insegurança energética aos países importadores (BRITO; SANTOS; NAVA, 2012).

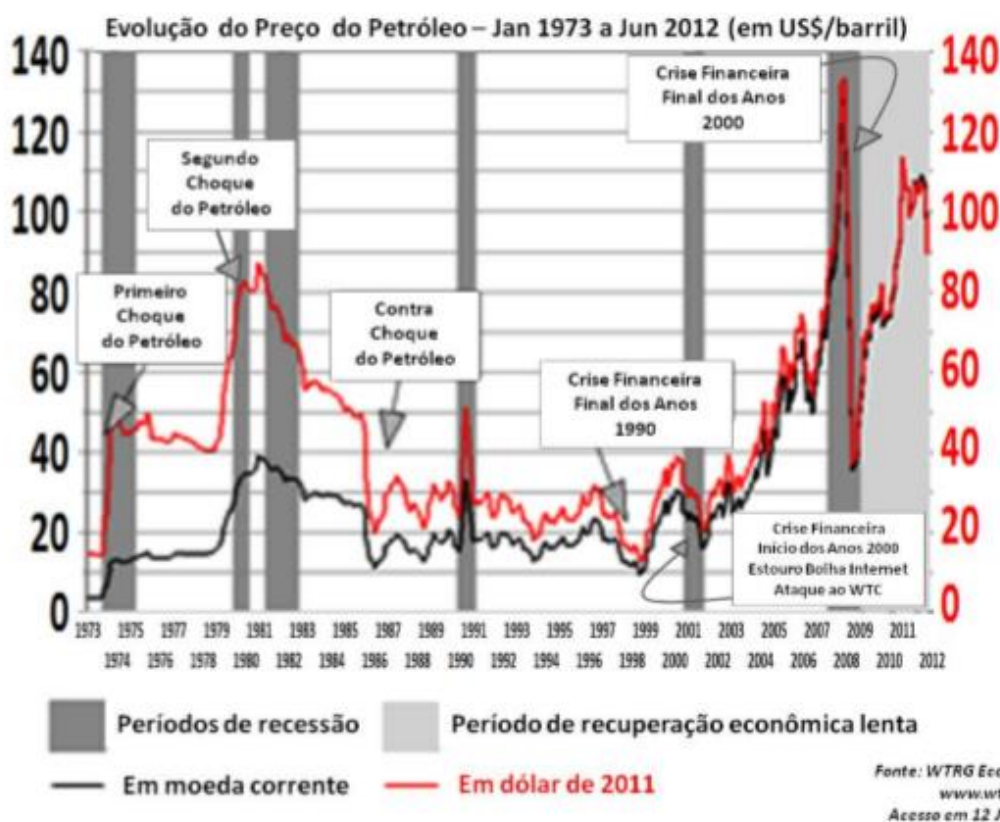
Mediante as crises petrolíferas de 1974, a interdependência dos países produtores e consumidores de petróleo passam a ser tidas como insegurança energética.

O petróleo se tornou uma das principais pautas nas mesas de reuniões das Relações Internacionais, estando vinculados à discursos de forças armadas. Tudo isso em decorrência do sistema energético internacional ter ampliando o leque de nações dependentes do petróleo estabelecendo essa fonte energética como um recurso natural geopolitizado. (BREAT-ROUZAUT et al, 2011).

De acordo com Breat-Rouzaut et al (2011), a dependência do petróleo e sua segurança energética em dois períodos, o período da petro-prosperidade e a era de conflitos. O primeiro período tem início entre os anos de 1920 e 1930, indo até 1973. Neste primeiro ciclo, a dependência entre os países produtores e consumidores cresciam em larga escala, mas era aceita por ambos os lados (vale salientar que a exploração apresentava vantagens mútuas), onde o próprio nome já faz referência a uma certa prosperidade entre as nações envolvidas. A partir de 1974, deu início ao segundo ciclo, a era de conflitos, se estendendo até o final de 2010. Neste período, a dependência entre as nações já não é mais aceita como antes, acarretando conflitos de interesses entre as mesmas, tornando o mundo bastante vulnerável à instabilidade do petróleo e seus eventuais conflitos.

A visível insegurança energética passou a refletir na economia, com eventuais mudanças no preço do petróleo que foram de 1974 até 2012, aumentando a instabilidade deste produto, como é mostrado no Gráfico 1.

**Gráfico 1** - Evolução do preço do petróleo entre 1973 e 2012



Fonte: WTRG Economics

Outro fator essencial da insegurança energética foi a mudança brusca nos preços dos barris de petróleo e a insegurança dos países consumidores se iriam conseguir comprar o produto. Tendo em vista que durante o primeiro ciclo os países se viam em situações tranquilas, com preços estáveis garantindo o produto, o segundo ciclo veio para quebrar essa prosperidade (BRET-ROUZAUT et al, 2011).

Por intermédio desses fatores, os países produtores também se encontram vulneráveis, devido ao aumento do preço do petróleo eles perdem parte dos países importadores, tendo que competir com outros países ou empresas. Junto a isso vem a questão da sua produção e os seus efeitos no mundo, por exemplo as mudanças climáticas.

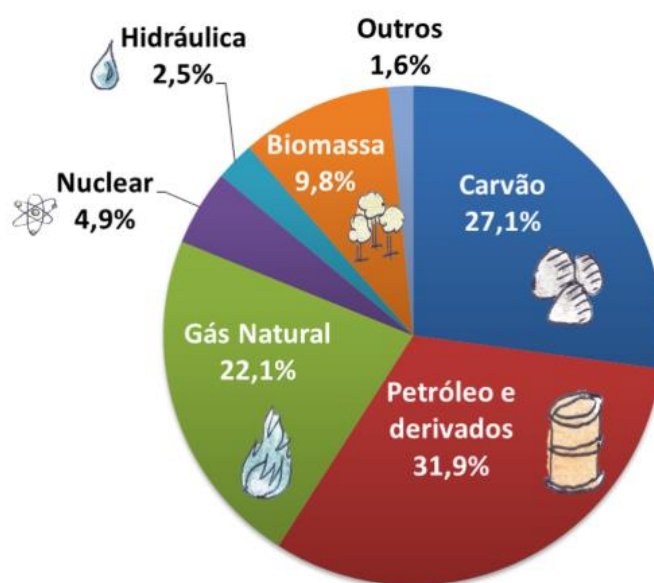
Com o encarecimento da sua principal fonte energética, os países consumidores passam a buscar novos meios de conseguir energia e petróleo. Diante desse fato, algumas nações acharam refúgio no petróleo doméstico ou encontraram novos fornecedores, já outras preferiram investir em fontes alternativas de energia.

Ao observar o período de Choques do Petróleo, Percebois (1989) identificou que os países que se encontravam mais confiantes, enquanto outros estavam em meio ao caos, foram

aqueles que explanaram a população o real valor do petróleo, fazendo com que a mesma racionasse o uso de energia, estimulando a sua eficiência, acarretando em uma diminuição na intensidade energética.

O petróleo ainda é tido como dominante na matriz energética global, como é visto no gráfico 2, mas para manter esse posto a indústria petrolífera deve se reconstruir em cima do novo sistema de regulações, para evitar grandes oscilações no preço causando qualquer tipo de insegurança.

**Gráfico 2 - Matriz Energética Mundial 2016**



Fonte: EPE, 2019

Mediante ser uma lenta evolução entre o período de 1980 e 1989, no decorrer do tempo a situação econômica ainda se encontra instável e incerta, cabendo aos produtores e consumidores lidarem com a crescente insegurança energética e seguir a nova ordem da política mundial (BRITO; SANTOS; NAVA, 2012).

### 3.3 Países produtores

#### 3.3.1 VENEZUELA

O petróleo ganhou renome no país venezuelano a partir de 1928, antes da gloriosa descoberta a sua economia era tida como rentista. De tal forma, que os produtos mais exportados eram o café e o cacau, sendo um país que vivia da monocultura agrícola e da agricultura de subsistência (BARROS, 2006).

O petróleo superou as exportações de café e cacau, a partir de 1925, de acordo com a tabela 1. Dessa forma a economia e fonte de renda passou a ser apenas a exportação do referido combustível, esquecendo os demais produtos antes exportados e que contribuíam para a renda do país. Esta decisão levou o país a ruína, que será vista posteriormente, afundando a nação em dívidas.

**Tabela 1** - Composição das exportações, 1920- 1935 (em milhões de bolívares)

| Anos | Petrolíferas | %    | Café<br>e cacau | %    | Outras | %    | Total |
|------|--------------|------|-----------------|------|--------|------|-------|
| 1920 | 3,1          | 1,7  | 100,7           | 58,1 | 69,5   | 40,2 | 173,3 |
| 1925 | 173,9        | 46,6 | 155,2           | 41,6 | 44     | 11,8 | 373,1 |
| 1935 | 455,3        | 86,1 | 37,7            | 7,1  | 35,9   | 6,8  | 528,9 |

Fonte: Barros, 2006, p. 212

A partir de 1970, o petróleo passou a representar 75% das exportações do país, a regra era de exportar o petróleo e importar o que fosse necessário, tendo como principal fornecedor de produtos os Estados Unidos (BARROS, 2006).

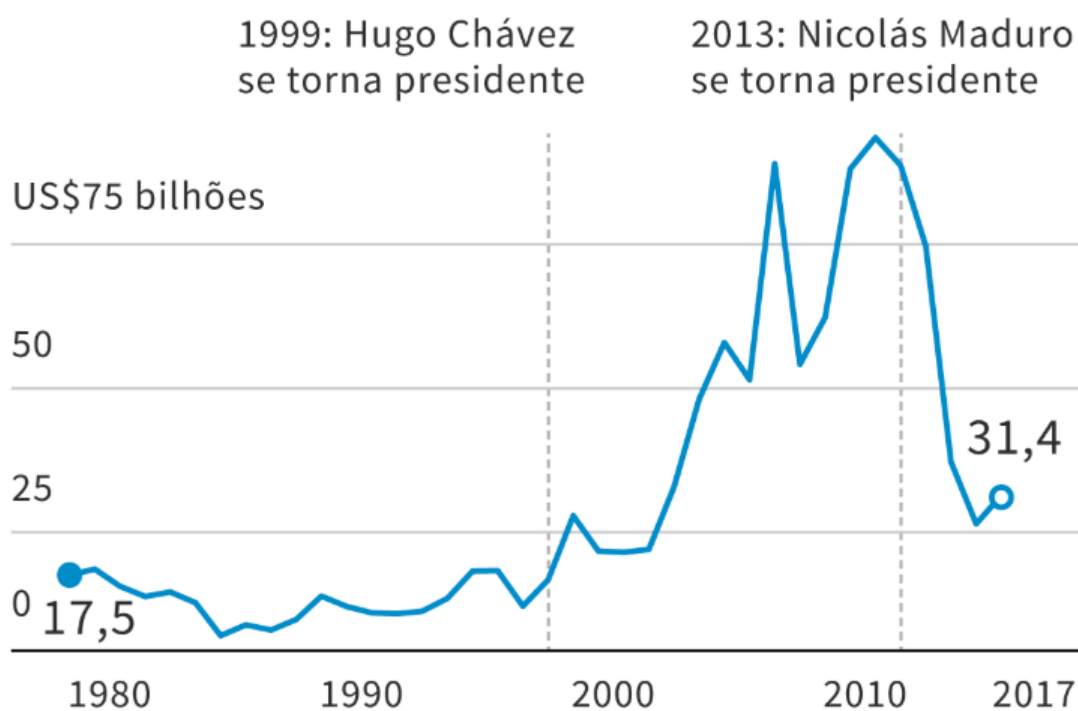
Em 1976, a Venezuela fundou a Petróleos de Venezuela (PDVSA) para poder nacionalizar a sua indústria petroleira. De tal forma seria possível agrupar outras empresas nacionais em uma só, tendo assim o monopólio do petróleo nas mãos do governo. Porém, os interesses da PDVSA seguiram outros rumos, resultando na abertura do petróleo no governo de Carlos Andrés Pérez (LANDER, 2002).

Desta forma, a empresa nacional não teve capacidade nem criou políticas fiscais que a beneficiasse quando empresas estrangeiras entrassem no mercado petroleiro, deixando a

PDVSA para trás. Com isso, o capital de giro passou a ir para países estrangeiros, deixando uma renda baixíssima no país.

A Venezuela se baseava no pacto de Punto Fijo, nele os dois partidos, Ação Democrática (AD) e União Republicana Democrática (URD), se mantinham no poder alternando os mandatos entre eles. O sistema funcionou por 40 anos até que na década de 1980 os preços do petróleo caíram descontroladamente, a Venezuela entrou em uma crise de dívidas, como é visível no gráfico 3 (BARROS, 2006).

**Gráfico 3** - Valor das exportações do petróleo venezuelano



Fonte: (Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)); Gazeta do Povo, 2019

Na tentativa de tirar o país da miséria, muitas eleições foram feitas com diferentes governantes assumindo o poder, vários métodos foram postos em prática, porém nenhum eficaz o suficiente (BARROS, 2006).

O único governante que conseguiu trazer o mínimo de desenvolvimento para o país foi o tenente-coronel Hugo Chávez. Eleito em 1999, Chávez sempre se mostrou contra o neoliberalismo do petróleo, com críticas duras em cima da atual política do país. Chávez começou seu governo com o programa 1999-2003, nomeada de A proposta de Hugo Chávez para transformar a Venezuela: uma revolução democrática. (BARROS, 2006).

Segundo o autor, sua dimensão econômica apresenta um projeto de transição de cinco polos para uma nova república. Nele é mostrado que a economia venezuelana era baseada na

mono produção agro-exportadora e passa a ser, em pouco tempo, uma mono-produção petroexportadora. Essa mudança tinha como propósito reverter a grave situação socioeconômica e transformar a Venezuela em um país competitivo para poder competir com as mercadorias estrangeiras.

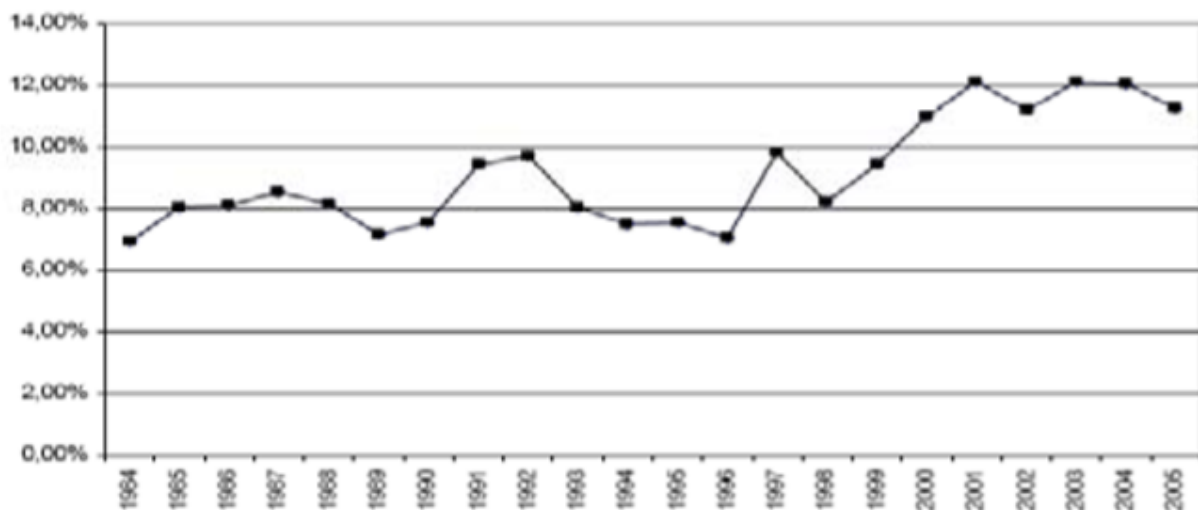
O referido projeto criou um modelo econômico baseado na produção global de riqueza e justiça. Para que o mesmo fosse efetivo, Chávez fez uma pequena redistribuição do capital gerado pelo petróleo para os setores mais importantes da sociedade, como a educação e saúde, como também na produção para que tivesse mais diversificação no que era produzido. Dessa forma o país almejava a redução da sua dependência externa e a ampliação do mercado consumidor. Chávez era totalmente contra ao Punto Fijo, mas caso enfrentasse uma crise econômica em seu mandato, ele se tornava obrigado a adotar o modelo passado. Mediante a isto, Chávez deveria manter uma certa estabilidade econômica e recuperar os preços internacionais do petróleo, só assim ele conseguiria fortalecer o seu poder (BARROS, 2006).

Portanto, o Estado se tornou protetor dos interesses da população, dessa forma ele deveria oferecer mais empresas estatais, fiscalizando as empresas estrangeiras possibilitando uma concorrência mais leal. Além de criar políticas jurídicas para as empresas que quisessem investir no país, garantindo a segurança do capital.

O programa de transição tinha como objetivo diminuir a inflação, nesse intuito as ações específicas de estabilidade monetária, cambial e financeira têm seu pilar central na política de fiscalização composta por ajustes de gastos, de tarifas, preços de bens e serviços e por reformas tributárias (MPD, 2000).

O referido programa lançou três propostas base: impulsionar o crescimento econômico sustentado e diversificado, diminuir a inflação e reduzir a taxa de desemprego.

A principal meta referente a política externa de Chávez, era de rearticular a OPEP. Nesse intuito as primeiras viagens internacionais foram promovidas, a Venezuela passou a ser um dos países líderes do cartel. A política do presidente foi um sucesso, a OPEP limitou a oferta do petróleo e o preço do barril subiu de US\$ 9,00 para US\$ 20,00, como é visível no gráfico 4 (BARROS, 2006)

**Gráfico 4 - Gasto sociais (1984-2005)**

Fonte: Magalhães (2006); Barros (2006)

O aumento no preço do petróleo, o governo venezuelano recuperou parte da sua carga tributária total. Contudo, a política de Hugo Chávez foi relativamente satisfatória, por mais que tenha feito o uso de um plano econômico heterodoxa, o governo conseguiu investir mais na saúde, educação e na infraestrutura pública.

Um novo plano passa a entrar em vigor, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007, este plano é voltado para as políticas petrolíferas, tem como principal enfoque o fortalecimento da OPEP com o objetivo de ter controle sobre a oferta do petróleo e, conseqüentemente, nos seus preços.

Conjuntamente a este plano vem um conjunto de leis, Leyes Habilitantes, onde dentro do pacote de 49 leis está presente a Lei de Hidrocarbonetos Após entrar em vigor, a PDVSA entrou em greve nacional com o argumento de que o país estava criando políticas que beneficiassem as empresas privadas, ocasionando em uma parada na produção de petróleo que praticamente zerou a produção. Como solução para esta revolta, foi realizada uma reforma radical na direção da PDVSA (BARROS, 2006).

A partir disso o governo passou a ter total controle sobre a principal companhia de petróleo do país, sendo uma estratégia de extrema importância para a política econômica.

Com o passar do tempo o Estado passou a controlar a produção petrolífera e o governo os seus excedentes e o capital. O governo começou a fiscalizar tudo que entrava e saía do país, restringiu as exportações, impôs um limite para importação de US\$ 1000 por pessoa física e o comércio deveria ser feito com a moeda nacional. Essas medidas junto com o

aumento no preço do petróleo fizeram as reservas cambiais alavancarem como nunca vistas (BARROS, 2006)

Por fim, a Venezuela apresenta avanços na melhoria de vida das famílias e uma melhoria em seu PIB chegando a \$468.6 bilhões, segundo estimativas da index mundi em 2016. O país se tornou a quarta maior economia da América do Sul, como também possui 7% das reservas mundiais de petróleo e é membro da OPEP, chegando a exportar, aproximadamente, 14% do seu petróleo para os EUA (INDEX, 2018).

### 3.3.2 NORUEGA

A Noruega deu início a sua relação com o petróleo em 1969, com a descoberta de reservas petrolíferas no Mar Norte, o campo de Ekofisk. Essa descoberta trouxe um grande prestígio ao país, antes tido como um dos territórios mais pobres do continente europeu (RYGGVIK, 2014).

Na opinião Ryggvik (2014), diferente de outros países produtores de petróleo, a Noruega soube trazer benefícios para si com esta descoberta, trazendo prosperidade e desenvolvimento para o país a partir do capital investido no petróleo.

O regime comercial adotado para que as indústrias estrangeiras pudessem explorar o petróleo em território norueguês foi o de contratos de concessão, em 1965. Esse regime dava tempo a Noruega para que ela pudesse crescer tecnologicamente para fundar a própria empresa estatal, visto que ela não tinha recurso tecnológicos (HANISCH, 1992).

Seu regime de exploração é totalmente igualitário entre as estatais norueguesas e as parcerias privadas. As receitas são oficializadas no governo federal e a partir de lá são repartidas de acordo com as necessidades de cada cidade, com investimentos na área da educação e da saúde (FARINA, 2012).

O regime de concessão funciona da seguinte forma: os contratos de exploração e produção são adquiridos em um leilão, após aquisição da referida área, o transmissório passa a ter total direito sobre o petróleo produzido em seu território. Os impostos são calculados sobre a produção e os preços pertinentes no mercado, de acordo com o contrato (TAKAHASHI, 2008).

Como estímulo para as empresas estrangeiras investirem no país, o governo assume até 78% nas despesas de perfuração de um poço. Além de novos desenvolvimentos na produção de petróleo e a redução dos seus impostos (CAMARGO, 2008).

Por mais que existisse um grande incentivo a exploração, a fiscalização era bastante restrita. O período de fiscalização dependia do contrato realizado, dessa forma a Statoil examinava as plataformas para averiguar o nível da produção, o tamanho das reservas e se as empresas estavam seguindo as normas exigidas (FARINA, 2012).

De acordo com o Farina (2012), a entrada de indústrias estrangeiras no país, a Noruega começou a fundar sua empresa estatal, porém, apresentaram-se alguns desafios a superar para alcançar esse objetivo. Servidores públicos, responsáveis pela administração da referida empresa, começaram a se relacionar com empresas privadas; empresas estrangeiras vistas como opções promissoras passaram a estabelecer princípios fortes e independentes. Isso acabou dificultando ainda mais o objetivo norueguês.

Em 1972 foi fundada a Statoil, empresa estatal norueguesa, onde a mesma deveria seguir as políticas petrolíferas vigente no país e atender as expectativas geradas. Para que a Noruega conseguisse se desenvolver e, ao mesmo tempo, tivesse controle sobre as políticas e empresas presentes em seu território, o Estado deveria andar junto com as empresas privadas, desenvolvendo projetos que beneficiassem a ambos, dessa forma o país teria controle sobre tudo que estava acontecendo ou estaria por vir. Mas a partir do momento que o país se desenvolvesse tecnologicamente, a Noruega começaria a caminhar sozinha, sem depender de companhias estrangeiras (RYGGVOK, 2014).

A primeira batalha travada por princípios de logística para garantir controle dos dutos, foi entre a Statoil e a empresa norte-americana, Philips.

O decreto governamental e o contrato que criou a base jurídica para o desenvolvimento da Philips no campo Ekofisk não estabeleciam de maneira explícita o local em que os dutos deveriam ser instalados e quem teria sua posse e controle. A Philips insistiu para que o grupo que detivesse o campo também operasse os dutos. A importância estratégica da rede de dutos de Ekofisk foi especialmente grande em face de sua localização geográfica, no canto sudoeste da plataforma continental. O governo assumiu, com razão, que os dutos da Ekofisk se tornariam mais significativos como uma rede de dutos para possíveis campos de petróleo mais ao norte. (RYGGVIK, 2014, p. 34).

Se a Philips conseguisse controle sobre os dutos, a empresa teria o poder de garantir uma parcela da renda econômica proveniente dos outros campos de petróleo. Com o intuito de deter e operar os dutos, o governo norueguês criou uma empresa, pertencente a Statoil com 50% das ações. Essa medida pegou os norte-americanos de surpresa, a empresa não conseguiu

provar os acordos que a asseguravam controle e posse sobre os dutos. Sem saída, tiveram que ceder às exigências do governo norueguês (RYGGVOK, 2014).

Para que situações como esta não acontecessem de novo, a Noruega lançou um plano, no qual o royalty variava entre 8% e 16%, tinha uma tarifa especial de 26% e um taxa padrão de 50,8% referente aos negócios em terra. As autoridades tinham o livre poder de definir preços fixos para fins de cálculos dos impostos (JANICKE, 1984).

Essa proposta gerou bastante revolta entre as empresas estrangeiras devido ao aumento dos impostos. No entanto, novamente, as empresas estrangeiras aceitaram as exigências do governo norueguês com a justificativa de que não estava sendo exigido valores tão altos já que não tinham uma companhia petrolífera tecnologicamente qualificada (HELLE, 1984).

Para conseguir administrar a exploração e o capital proveniente do petróleo, de modo que não tivessem gastos excessivos desnecessários, o governo norueguês criou o Fundo Soberano Norueguês. Seus princípios são baseados em problemas futuros, o primeiro é previdência social, o país se assegura quando grande parte da sua população for composta por aposentados. E o segundo consiste em deixar o país preparado para as oscilações no preço e na produção do petróleo e, posteriormente, quando as reservas no Mar do Norte secarem (SETTI, 2010).

Segundo dados do Banco Mundial (2017), a Noruega apresenta o PIB de 398,8 bilhões USD, estando atrás da Suécia em questão de seus países vizinhos. Sua renda per capita é maior comparada a Suécia e Finlândia, de 75.504,57 USD, tendo sua taxa de desemprego de 3,9% pelos dados coletados em 2017. Dessa forma, é perceptível o quanto a Noruega se desenvolveu a partir das suas políticas de mercado.

### **3.4 Países consumidores**

#### **3.4.1 ALEMANHA**

A Alemanha iniciou sua relação com o petróleo no período da Primeira Guerra Mundial, por volta de 1914. O produto era motivo de disputa entre os países envolvidos, sendo utilizado como instrumento de guerra. Quem detinha maior poder sobre o petróleo apresentava uma posição de superioridade estratégica em relação aos demais países (RONCHI et al, 2012).

De acordo com Ronchi et al (2012), o petróleo continuou sendo usado como estratégia militar, contudo, passou a ser mais explorado ganhando fins automobilísticos. O mesmo se tornou combustível para os carros no país, quase substituindo o carvão mineral.

Porém, a partir da década de 1970, o país começou a perceber a grande dependência nos combustíveis fósseis e os males que ele trazia, devido ao choque do petróleo, com isso deu início a estratégias para se livrar dessa dependência, criando novas políticas e abrindo mão de contratos já feitos, onde tinha alguma relação com os combustíveis fósseis (RONCHI et al, 2012).

Essa decisão ainda está sendo acatada com o passar do tempo, tendo em vista que um terço da eletricidade alemã ainda é provinda da queima de carvão. Esta usina está localizada na floresta de Hambach, no oeste da Alemanha. A sua extração foi em 1978, a partir daí deu início ao desmatamento da floresta para que as escavadeiras pudessem ter acesso a mina. Como resultado desse desmatamento, atualmente, apenas 10% da floresta sobrevive, e vale ressaltar que o carvão explorado é o carvão marrom, emitindo altos níveis de dióxido de carbono (MANSEL, 2019).

Com o intuito de parar o desenfreado desmatamento, recuperar a floresta e chamar a atenção do governo, grupos ativistas passaram a ocupá-la e torna-la sua casa. Mediante isso, o governo proibiu, temporariamente, a derrubada de árvores, dando início a novas propostas de abandono ao uso do carvão como energia elétrica (MANSEL, 2019).

A ministra alemã do Meio Ambiente, Svenja Schulze, anunciou que a Alemanha pretende fechar todas as suas usinas de carvão até 2038. Afirmando que a independência do carvão mineral serve como base para proteger o clima em escala global (WELLE, 2019).

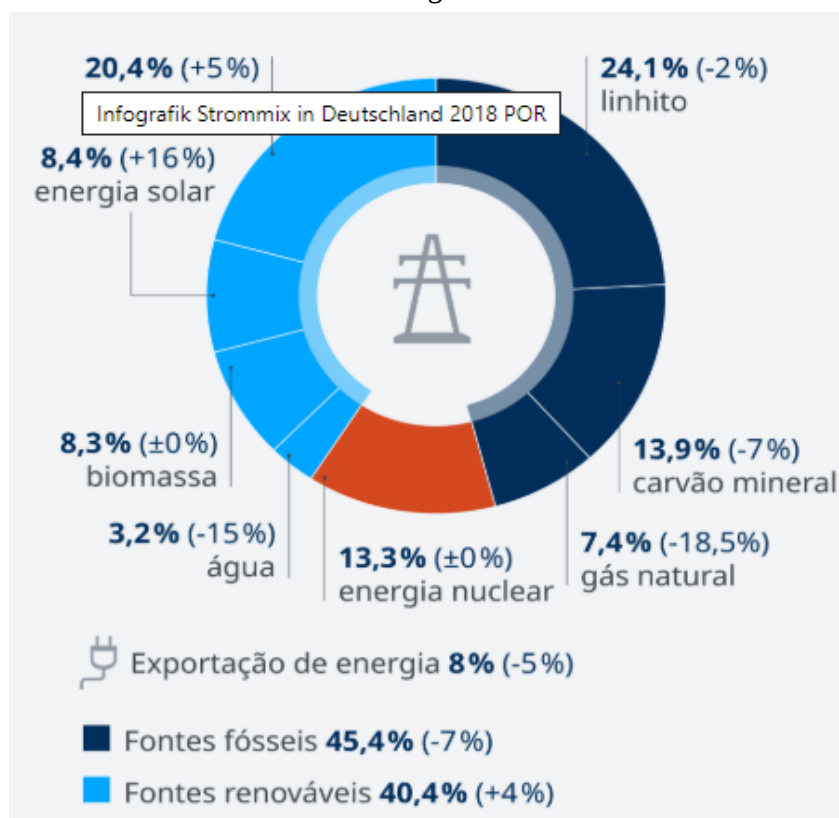
Mediante o plano de acabar com a geração elétrica provida do carvão, a Alemanha se torna o maior país a importar gás natural no mundo. Segundo o especialista em energia, Harald Andruleit, o aumento no consumo de gás na Alemanha já era de se esperar, a participação dela nas importações europeias é de 23% e em termos de consumo, ela se posiciona como o país que mais consome gás no mundo (NEWS, 2017).

Segundo dados do Senado Federal (2015), a União Europeia consome 65% do gás que é exportado na Rússia. O governo passou a diversificar sua matriz energética, com políticas de incentivo, principalmente, em fontes de energia renováveis.

Segundo dados do Instituto Fraunhofer para Sistemas de Energia Solar (ISE), mais de 40% da energia, em 2018, foi oriunda de fontes renováveis. O país se desenvolveu em níveis não esperados no quesito diversificação de energia, apresentando energia eólica, solar e de

biomassa. No gráfico 5 é visível que o país conseguiu se livrar da dependência de combustíveis fósseis (RUETER, 2019).

**Gráfico 5 - Matriz Energética da Alemanha em 2018**



Fonte: Fraunhofer ISE, 2018; Reuter, 2019

### 3.4.2 ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos da América (EUA) sempre se fizeram presente na contextualização histórica do descobrimento do petróleo. Esse país sempre esteve diretamente ligado na maioria dos conflitos entre os países, sejam motivados por princípios políticos, logísticos ou estratégicos (EJCHEL, 2016).

Segundo Ejchel (2016), grande parte dos conflitos ocorreram, e ainda ocorrem, entre os países do Oriente Médio, região que mais apresenta reservas petrolíferas a serem exploradas, se tornando a região que mais exportava petróleo. Consequentemente, a lista de países dependentes de sua exportação era vasta, entre esses países se encontrava os EUA.

Entre os países do Oriente Médio, o Iraque apresenta reservas conhecidas de 115 bilhões de barris de petróleo, cinco vezes mais do que o total de reservas em território americano. Motivos como esse faz com que os EUA observem o Iraque, devido todo esse

monopólio de reservas petrolíferas e os EUA dependerem da exportação do Iraque, país este que se encontra em território bastante instável em quesito de conflitos relacionados ao referido produto (HOLT, 2007).

Holt (2007) afirma que mediante essa insegurança, os EUA fizeram um projeto de lei para ser aprovado no Congresso iraquiano, nele dizia que a Companhia Nacional de Petróleo do Iraque deveria abrir mão de mais de 75% dos campos de petróleo que lhe pertenciam, deixando-os sobre controle das empresas estrangeiras por um período de 30 anos. O projeto chegou a conhecimento público, com isso o governo iraquiano assinou outro acordo com a Hunt Oil Company, sendo aliada do então presidente americano George Bush.

O Choque do Petróleo, em 1973, afetou diretamente o continente americano, a perda do seu principal fornecedor fez com que o país entrasse em crise, desestabilizando não só a sua economia, mas também a do mundo (HOLT, 2007).

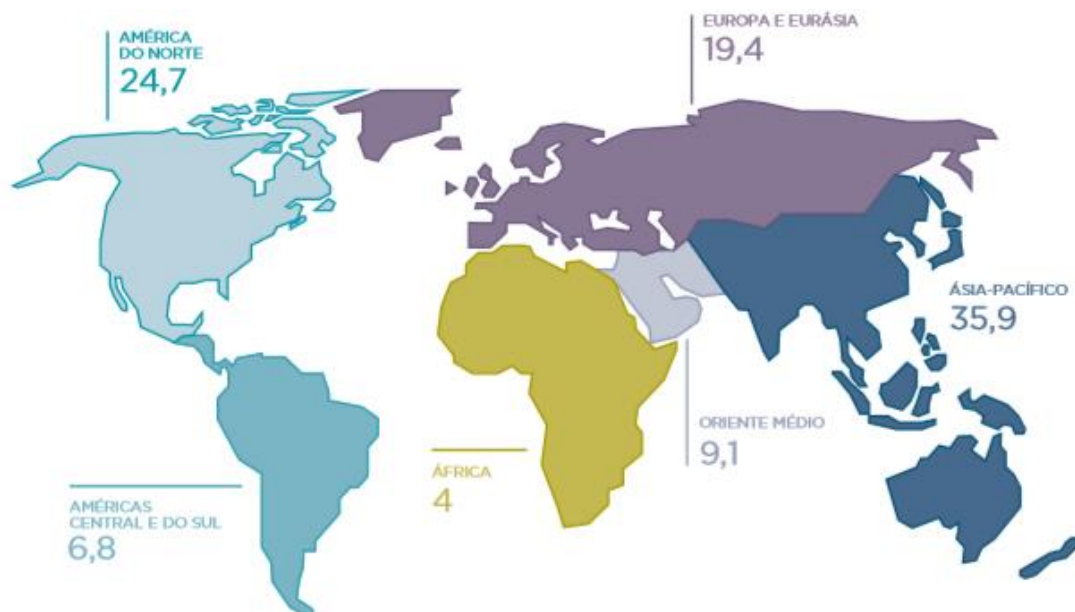
Essa crise fez com que os EUA se prepararem para outras que, ocasionalmente, poderia acontecer. Com isso, em 1970, o governo americano passou a estocar petróleo em cavernas subterrâneas de sal, com o passar do tempo as cavernas receberam o nome de Reservas Estratégicas de Petróleo (OSUL, 2019).

Ainda segundo O Sul, todos os países membros da Agência Internacional de Energias (AIE) começaram a estocar um estoque equivalente a 90 dias de importação, para caso ocorresse outra crise. Porém, a reserva dos EUA contém mais do que o estoque padrão, sendo considerada a maior do mundo.

A partir dessa medida, a dependência dos EUA caiu consideravelmente, fazendo com que o país investisse pesado na produção do petróleo bruto, tornando-o um dos maiores produtores de petróleo bruto em escala mundial (EJCHEL, 2016).

Porém, ter se tornando o primeiro do ranking de países produtores de petróleo não bastou para os EUA. O referido país também se encontra entre os primeiros no ranking de importadores de petróleo. Isso é justificado, pois o país é um dos maiores consumidores do referido produto, dessa forma a sua produção não satisfaz a sua demanda, se tornando insuficiente (BENTO, 2016). A figura 1 abaixo representa o que foi dito:

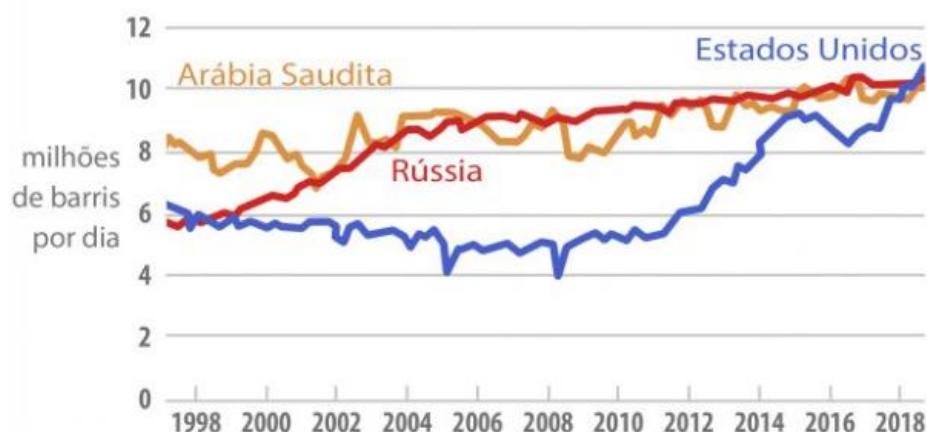
**Figura 1** – Consumo de petróleo, segundo regiões geográficas (milhões barris/dia) – 2018



Fonte: BP Statistical Review of World Energy, 2019

De acordo Bento (2016), algumas teorias dizem que os EUA criam políticas que os beneficiem para que esse país tenha acesso as maiores reservas de petróleo, presentes na região do Oriente Médio, dessa forma teriam maior monopólio do produto, não precisando gastar bilhões para satisfazer suas necessidades. Porém, muitos afirmam que essas teorias são infundadas, que os EUA não apresentam motivos suficientes para tal atitude.

Por fim, o gráfico 6 a seguir mostra que os EUA se desenvolveu economicamente chegando ao nível de produzir seu próprio petróleo, mas devido ao seu consumo em larga escala, ele não deixou de importar o produto, ainda sendo bastante dependente do petróleo e de suas importações (ALLSUP, 2018).

**Gráfico 6 - EUA lideram produção de petróleo**

Fonte: Administração de Informações sobre Energia dos EUA, 2018

### 3.5 A questão do petróleo no Brasil

Como é do conhecimento de muitos, o petróleo passou a ser utilizado no Brasil a partir da fundação da Petrobras, mas poucos sabem que esta referida fonte energética começou a ser reconhecida em território brasileiro pelo então escritor Monteiro Lobato, sendo ele o pioneiro a investir na extração de petróleo, chegando até a ser preso por críticas ao governo (CARVALHO, 2014).

Em 1927, o produtor brasileiro foi nomeado representante comercial nos Estados Unidos. Acompanhando todos os processos e crescimentos econômicos que as indústrias estadunidenses traziam ao país, Lobato passou a acreditar que o Brasil deveria começar a seguir os passos dos Estados Unidos, investindo no ferro, petróleo e transportes. Acreditando também que no seu país tinha reservas de petróleo ainda não encontradas. (COPPE/ UFRJ, 2014).

Segundo a UFRJ (2014), Lobato acreditava que apenas esse combustível fóssil fosse capaz de satisfazer as necessidades energéticas da época, tornando o Brasil um país independente de quaisquer outras fontes de energia que precisassem ser exportadas, pois o mesmo produziria o referido combustível.

Recebendo apoio de Júlio Prestes, sucessor do então presidente, Lobato passou a investir na criação de uma indústria de ferro, de petróleo e de transportes em território brasileiro. Mas sua indústria não deu muitos passos, pois em 1930 Getúlio Vargas tomou posse do Brasil e foi contra as ideias de Lobato (COPPE/ UFRJ, 2014).

Segundo a UFRJ (2014), escritor chegou a criar uma companhia, a Companhia Petróleos do Brasil, mas Vargas não acreditava que no seu território tivessem reservas petrolíferas, afirmando que se caso houvessem os estrangeiros já teriam encontrado. Vargas passou a perceber que a companhia de Lobato estava ganhando forças e passou a sabotar sua indústria com órgãos governamentais e a submetendo a intervenções pelos motivos mais improváveis possíveis, fazendo com que sua indústria fosse fechada.

Nesse contexto, no dia 29 de abril de 1938, o decreto nº 395 entrava em vigor, alegando que o abastecimento nacional de petróleo deveria ser de utilidade pública. Anunciando também o total controle do governo federal na importação, na exportação, no transporte, na construção de oleodutos, no seu comércio e na sua distribuição. Por último, foi decretado a nacionalização de toda etapa de seu refino e fundado o Conselho Nacional de Petróleo (CNP), sendo o órgão responsável pela fiscalização do que foi sancionado no decreto nº 395 (DIAS; QUAGLINO, 1993).

Ainda segundo Dias e Quaglino (1993), a CNP também é responsável pela parte burocrática, desde a exploração do petróleo e de gases naturais até a fiscalização mercantil e financeira.

Apenas em janeiro de 1939 foi confirmado a existência do petróleo no território brasileiro, e em fevereiro do mesmo ano uma grande área do Recôncavo baiano é encontrada e transformada em reserva petrolífera (Decreto nº 3.071, de 8 de fevereiro de 1939) (DIAS; QUAGLINO, 1993).

Disputas começaram a ser traçadas entre empresários estrangeiros e ideias nacionalistas sobre sua exploração – onde o primeiro grupo era a favor de uma política econômica liberal, enquanto o segundo era a favor de uma política econômica nacional. O então presidente Dutra defendia a abertura das reservas para que empresas estrangeiras estivessem livres para explorarem, cedendo a exploração aos interesses das multinacionais (CARVALHO, 2014).

De acordo com Carvalho (2014), devido o Brasil não apresentar empresas nacionais com as tecnologias necessárias para a devida exploração do petróleo, Dutra decidiu por uma economia liberal, criando o Estatuto do Petróleo. Esta decisão revoltou os nacionalistas que criaram um movimento, “O Petróleo é Nosso!”, com o objetivo de monopolizar o petróleo e vetar o referido Estatuto. Este movimento deu início para criação da Petrobras.

O Estatuto defendia um sistema de concessões com prazo inicial de 30 anos. As empresas estrangeiras teriam passe livre nas pesquisas e na exploração de qualquer empresa que fosse investida capital nacional. Na logística de transporte e no refino, os estrangeiros

teriam uma participação de apenas 40% até que atendesse ao seu consumo interno. Na exportação, o óleo cru só poderia ser exportado quando seu consumo interno estivesse estabelecido na média de três anos (DIAS; QUAGLINO, 1993).

Como é perceptível, o Estatuto do Petróleo não é uma declaração liberal, de certa forma tenta satisfazer ambos os lados, mas acaba não sendo viável para nenhum.

Com o intuito de contrapor o Estatuto do Petróleo, aprovou-se o surgimento de uma organização de cunho nacional para coordenar a campanha contra o referido Estatuto. Em 21 de abril é fundado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, sendo este o início do maior movimento do Brasil (DIAS; QUAGLINO, 1993).

Como foi mensurado por Dias e Quaglino (1993), o Centro de Estudos apresentava ideais totalmente contrários ao Estatuto, onde seu princípio era baseado na não intervenção dos norte-americanos na economia brasileira, sendo assim, não poderiam ter empresas que afetassem diretamente no petróleo. Neste contexto, o então combustível fóssil é usado para abastecimento, sendo protegido das empresas multinacionais, podendo utilizado apenas por empresas nacionais.

A campanha contra o referido Estatuto era feita em três frentes: na primeira era exposto a sociedade sobre o que se tratava o Estatuto por meio de palestras nas cidades; na segunda eram realizados movimentos nacionais, enviando debatedores de prestígio para todo estado. Por fim, muitos protestantes se reuniram no Congresso com o intuito de fazer alguma pressão e dificultar a disseminação do Estatuto (CARVALHO, 2014).

Ainda segundo Carvalho (2014), quando tudo estava ocorrendo de acordo com o planejado, vem uma onda de destruição contra o movimento. Entre 1948 e 1949, a campanha passa a perder apoio do Congresso. Os estados passam a ser menos tolerantes quanto as manifestações e palestras, fazendo o uso de forças policiais contra os ativistas. Em meio a essa onda de derrota, o movimento passa a fazer efeito dividindo o governo no quesito referente a política do petróleo.

Com a eleição de Getúlio Vargas, o meio político passa a ter outros pontos de vista. Levando em consideração que Vargas apresenta ideais totalmente nacionalistas. (RODRIGUES NETO, 2012).

De acordo com Rodrigues Neto (2012), em julho de 1952, uma reunião é convocada com os membros participantes no movimento O Petróleo é Nosso e comunica a aceitação do governo em acatar o monopólio estatal do petróleo.

### 3.5.1 PETROBRAS

A partir da grande extensão que a mobilização popular ganhou, o maior movimento do Brasil, O Petróleo é Nosso!, influenciou para que o presidente Getúlio Vargas ratificasse a Lei 2004, determinando o monopólio estatal de pesquisa, refino e transporte do petróleo (NETO, 2012).

Segundo Bento (2012), no dia 3 de outubro de 1953 foi fundada a empresa Petrobras-Petróleo Brasileiro SA, sendo esta de caráter estatal de economia mista.

A Petrobras é uma indústria especializada em óleo, gás natural e energia, onde a mão de obra atua desde a exploração do combustível fóssil até ser transformado e distribuído a sociedade como energia elétrica. Tendo em vista que a Petrobras também possui presença nas áreas de energias renováveis (COPPE/UFRJ, 2014)

Em 2007, engenheiros anunciaram a existência de uma reserva petrolífera localizada abaixo de uma extensa camada de sal. A partir da colaboração entre a Petrobras e empresas estrangeiras, junto com uma vasta tecnologia avançada, foi possível a perfuração no poço e o descobrimento do pré-sal (PETROBRAS, 2019c).

Mediante a isto, a economia brasileira aumentou junto com a sua demanda pelo petróleo. O pré-sal passou a ser um atrativo investimento para acionistas estrangeiros, fazendo com que o país ganhasse maior visibilidade no mercado exterior. Após a descoberta, seu potencial de produção aumentava a cada ano, em 2013 sua produção alcançou 300 mil barris de petróleo por dia, chegando até 1 milhão de barris por dia em 2016 (SOUSA, 2017).

Segundo dados retirados da Petrobras (2019b), atualmente ela apresenta investimentos de R\$ 49,37 bilhões com um lucro líquido de R\$ 25,8 bilhões tem mais de 600.000 acionistas. Sua produção diária é de 2,63 milhões de barris de óleo por dia, tendo domínio de 7.256 poços produtores de óleo gás natural, 113 plataformas de produção e 13 refinarias.

No que diz respeito a sua área voltada para energias sustentáveis, ela apresenta 5 unidades voltadas para os biocombustíveis, 20 usinas termelétricas, participa de 4 parques eólicos e em 1 usina fotovoltaica (PETROBRAS, 2019b).

Sobre seu plano estratégico, ela sempre objetiva estar no seu mais alto grau de desempenho, diretamente relacionados ao óleo e ao gás natural, junto com o comprometimento de maiores formações de valores e direcionamentos de recursos com destaque nos serviços de Exploração e Produção em águas profundas. Sempre pensando na segurança de seus funcionários e respeitando o meio ambiente (PETROBRAS, 2019a)

## **4 METODOLOGIA**

A metodologia aplicada para o desenvolvimento desse trabalho está baseada em uma revisão bibliográfica, sendo esta descritiva e exploratória, no tempo dos primórdios do descobrimento do petróleo até os dias atuais. Este levantamento foi feito através de livros, monografias, artigos, dados de instituições da UFRJ e no site oficial da Petrobras. Teve um tempo de aprimoramento por volta de 3 meses, tendo início no começo de novembro de 2019 e término no final de janeiro de 2020. Dentre os temas abordados podemos citar a sua contextualização histórica, o conceito de segurança abrangendo os seus pontos de vista, os países produtores e consumidores de petróleo e, por fim, sua história no território brasileiro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica deste trabalho mostrou, de forma resumida, a importância que os países devem dar a sua segurança energética, suas políticas de exportação e importação do petróleo e que o referido produto, quando utilizado da maneira correta e estratégica, pode trazer desenvolvimento para o país ou males para o mesmo, caso sejam usados de maneira incorreta.

Desde seu descobrimento o petróleo se mostrou um produto bastante estratégico para as relações internacionais, o famoso “óleo negro” é uma fonte finita de energia, trazendo preocupações e aumentando a insegurança energética dos países ainda dependentes deste recurso.

Exemplos mostrados no trabalho são os países da Venezuela e Noruega, ambos sendo produtores de petróleo que tomaram rumos diferentes quando a utilização do produto. O primeiro voltou sua exportação totalmente para o óleo negro, sem criar políticas para as empresas estrangeiras ao adentrar em seu território, dessa forma o país perdeu seu rumo devido as enormes dívidas causadas pela oscilação seu preço. Já o segundo soube agir de forma estratégica, fazendo com que as empresas estrangeiras que quisessem explorar o petróleo em seu território, se adaptassem as suas políticas empresariais, trazendo desenvolvimento para o país e sua sociedade.

No quesito de países consumidores, tem-se a Alemanha e os EUA. O primeiro, ao perceber os males que o petróleo traz consigo, tratou de se livrar da sua dependência, investindo em outras formas de energia, principalmente as renováveis. Já o segundo, se tornou o país que mais consome o referido produto no mundo, se envolvendo em diversos conflitos para conseguir cada vez mais esta fonte energética, se tornando até um país produtor de uma escala importante, mas sua produção não satisfaz suas necessidades, dessa forma ele ainda passa a ser considerado um país importador.

Por fim, país que merece destaque é o Brasil, onde em seu território fora descoberto uma de suas maiores riquezas: o petróleo e o pré-sal. O país passou por grandes crises internas para conseguir a nacionalização deste produto. Porém, atualmente, apresenta grandes perspectivas para o futuro como o Plano Estratégico de 2020-2024 lançado pela Petrobras, ele é baseado em cinco pilares estratégicos, sendo eles: o aperfeiçoamento do retorno sobre o capital que outras empresas investem; a redução do valor do capital; meritocracia; busca contínua por custos cada vez mais baixos com uma maior eficiência; e, por fim, mais segurança, maior respeito pelas pessoas e pelo meio ambiente.

A partir deste trabalho foi possível abordar os principais conflitos, sejam eles por motivos políticos, econômicos, estratégicos ou socioeconômicos, durante a trajetória do óleo até os dias atuais, conflitos estes que tiveram mais visibilidade no mundo.

Também foram expostas as crises que petróleo ocasionou nos países que não apresentavam políticas fundadas para utilizar o referido produto. Junto a isso, como os referidos países conseguiram (ou não) sair dessas crises.

Outro quesito de bastante relevância abordada é a segurança energética desse óleo negro, assunto que deveria ser a maior prioridade dos países quando relacionado com o petróleo devido a sua oscilação no mercado. Dessa forma, traria alguma segurança para os países que fazem o seu uso.

Mediante isso, após apresentar o que foi exposto no trabalho, pode-se concluir dizendo o quão importante é o petróleo, por mais que traga alguns males, o mesmo é uma fonte de extrema importância estratégica, seja ela política ou econômica, podendo levar o país que tem a sua posse a outros patamares.

## REFERÊNCIAS

- ALLSUL, Maeve. **EUA são os Maiores Produtores de Petróleo Bruto do Mundo**. 2018. Disponível em: <https://share.america.gov/pt-br/eua-sao-os-maiores-produtores-de-petroleo-bruto-do-mundo/>. Acesso em: 25 jan. 2020.
- BANCO MUNDIAL. **PIB e Renda per Capita da Noruega**. 2017 Disponível em: <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- BARROS, Pedro Silva. **Chávez e Petróleo: Uma Análise da Nova Política Econômica Venezuelana**. São Paulo, 2006. Disponível em: <file:///D:/Faculdade/TCC/Venezuela/Cháves%20e%20Petróleo.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.
- BENTO, Maurício. **Os EUA Invadem Países em Busca de Petróleo? Mito ou Verdade?**. 2016. Disponível em: <https://mercadopopular.org/internacional/eua-petroleo-guerras/>. Acesso em: 25 jan. 2020.
- BRET-ROUZAUT, Nadine; FAVENNEC, Jean-Pierre; MOUTINHO DOS SANTOS, Edmilson. **Petróleo e Gás Natural – Como produzir e a que custo**. Synergia Editora. 2ª edição rev. e ampl. Rio de Janeiro, 2011.
- BRITO, Thiago Luis Felipe; SANTOS, Edmilson Moutinho dos; NAVA, Pablo Carrizalez. **A Dialética da Segurança Energética e a Interdependência das Nações – Reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira**. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: file:///D:/Faculdade/TCC/Interdependência%20das%20nações.pdf. Acesso em: 26 dez. 2019.
- CAMARGO, Jorge. **Modelo Norueguês**. 2008 Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:xk9dGFLSWm0J:iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2016/08/Camargo\\_Modelo\\_Noruegues\\_set08.doc+&cd=13&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:xk9dGFLSWm0J:iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2016/08/Camargo_Modelo_Noruegues_set08.doc+&cd=13&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br). Acesso em: 23 jan. 2020.
- CARVALHO, Celso Júnior. **A Defesa do Liberalismo nas Páginas do Jornal O Estado de S. Paulo Durante a Campanha “O Petróleo é Nosso” (1946-1953)**, 2014. Revista História e Cultura, Franca-SP, p. 455-476. Acesso em: 16 jan. 2020.
- COPPE/UFRJ, MBP. **História do Petróleo**. 2014. Disponível em: <http://petroleo.coppe.ufrj.br/historia-do-petroleo/>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- DALGAARD, Klaus G., GLÖCK, Asa E. C. **The Dialectics of energy security interdependence**. In: Internacional Studies Associations Convention. New York. 2009.
- DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana; **A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobras**. Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 1993. 211p. 13/01/2020.

EJCHEL, Maurício. **O Petróleo e a Economia Americana**. 2016. Disponível em: <https://mauricioflankejchel.jusbrasil.com.br/artigos/308531006/o-petroleo-e-a-economia-americana>. Acesso em: 25 jan. 2020.

EPE – Empresa de Pesquisa Energética. **Matriz Energética e Elétrica**. 2019. Disponível em: < <http://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica> > Acesso em 10 dez. 2019.

FARIAS, Leonel Marques; SELLITTO, Miguel Afonso. **Uso da energia ao longo da história: evolução e perspectivas futuras**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2011. Disponível em: [file:///D:/Faculdade/TCC/Use\\_da\\_energia\\_ao\\_longo\\_da\\_historia\\_evolucao\\_e\\_per.pdf](file:///D:/Faculdade/TCC/Use_da_energia_ao_longo_da_historia_evolucao_e_per.pdf). Acesso em: 8 nov. 2019

FARINA, Erik. **Como o exemplo norueguês de exploração de petróleo inspirou mudança no pré-sal brasileiro**. 2012 Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2012/09/como-o-exemplo-noruegues-de-exploracao-de-petroleo-inspirou-mudanca-no-pre-sal-brasileiro-3872366.html>. Acesso em: 23 jan. 2020.

FUSER, Igor. **Energia e Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013. 224 p. (Volume 2).

GASPARETTO, Antonio Junior. 2013a **Crise do Petróleo** Disponível em: <https://www.infoescola.com/economia/crise-do-petroleo/>. Acesso em: 26 nov. 2019.

GASPARETTO, Antonio Junior. 2013b **Guerra de Suez** Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/guerra-de-suez/>. Acesso em: 26 nov. 2019.

GOLDWYN, David; KALICKI, Jan. **Energy and Security: Strategies for a World in Transition**. Woodrow Wilson Center Press Editora. 2ª edição. 2013.

GAZETA, do Povo. **Gazeta do Povo**. 2019. Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/> > Acesso em: 15, dez. 2019.

HANISCH, Tore. **História do Petróleo Norueguês**. Vol. 1 Da Descrença a Arrogância? 1. Ed. Oslo, 1992.

HELLE, Egil. **Petróleo na Noruega: Os Primeiros 20 Anos**. 1. Ed. Oslo, 1984.

HOLT, Jim. **O Petróleo é Deles**. 2007. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-petroleo-e-deles/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

INDEX, Mundi. **Venezuela Produto Interno Bruto (PIB)**. 2018. Disponível em: [https://www.indexmundi.com/pt/venezuela/produto\\_interno\\_bruto\\_\(pib\).html](https://www.indexmundi.com/pt/venezuela/produto_interno_bruto_(pib).html). Acesso em: 22 jan.2020.

JANICKE, Carl-Axel. **Perfuração de Petróleo Offshore. A História de Uma Nova Indústria Norueguesa**. 1. Ed. Oslo, 1984.

LACERDA, Gustavo B. de. **Algumas Teorias das Relações Internacionais: Realismo, Idealismo e Grocianismo**. Revista Intersaberes, 2006. Volume 1; número 1; p.56-77.

LANDER, Luis E. **La reforma petrolera del gobierno Chávez**. Revista Venezolana de Economía e Ciências Sociais, Caracas, Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais, Universidade Central de Venezuela, v. 8, n 2, p. 185- 188, agosto. 2002.

MANSEL, Tim. **A Luta Contra a Mina de Carvão que Dizimou uma Floresta na Alemanha**. 2019. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49150979> > Acesso em: 14 fev. 2020.

NEWS, Brasilalemanha. **A Alemanha é o Maior Importador de Gás Natural do Mundo**. 2017. Disponível em: <http://www.brasilalemanhanews.com.br/empresas-2/pesquisa/alemanha-e-o-maior-importador-de-gas-natural-do-mundo/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO - **MPD**. 20002003: 3 anos da V República – Venezuela construa seu caminho. Caracas, 2004. Disponível em: < <http://www.mpd.gov.ve> > Acesso em: 15 jan. 2020.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Petróleo e segurança internacional: aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana**. 2007. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007

OSUL. **Estados Unidos Guarda Milhões de Barris de Petróleo Debaixo da Terra**. 2019. Disponível em: <http://www.osul.com.br/saiba-por-que-os-estados-unidos-guardam-milhoes-de-barris-de-petroleo-debaixo-da-terra/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

PAIVA, Iure; CASTRO, Nivalde de; LIMA, Antonio Pedro. **Aspectos Teóricos e Analíticos da Segurança Energética e os Desafios do Setor Elétrico Brasileiro**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <file:///D:/Faculdade/TCC/Aspectos%20Teóricos%20e%20Analíticos%20da%20Segurança%20Energética%20e%20os%20Desafios%20do%20Setor%20Elétrico%20Brasileiro.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2019.

PAUTASSO, Diego; OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **A Segurança Energética da China e as Reações dos EUA**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <file:///D:/Faculdade/TCC/A%20segurança%20energetica%20da%20China%20e%20as%20reações%20dos%20EUA.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019

PERCEBOIS, J. **Economie de l’Energie**. Ed. Economica, Paris, 1989.

PETROBRAS. **Perfil**. 2019b. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

PETROBRAS. **Plano Estratégico 2020-2024**. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell%20Notebook/Downloads/fact-sheet-plano-estrategico-2020-2024.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020. a

PETROBRAS. **Plano Estratégico**. 2019a. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/plano-estrategico/> . Acesso em: 14 jan. 2020.

PETROBRAS. **Trajectoria**. 2019c. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajectoria/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

RODRIGUES, Teresa Ferreira; SILVA, António Costa. **A segurança energética e um modelo para o futuro da Europa**. Relações Internacionais, 2015. Disponível em: <file:///D:/Faculdade/TCC/A%20seguran%20a%20energetica%20e%20um%20modelo%20para%20o%20futuro%20da%20Europa.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2019.

RODRIGUES NETO, João. **A Gênese da Petrobrás: Um Debate entre Nacionalistas e Liberais**, 2012. Revista da história da indústria, serviços e empresas da América Latina.

RONCHI, Bruno Luiz de Souza; GASTAL, Bruno Palombini; ARROQUE, Stefano; ROSA, Yuri Pinheiro. **O petróleo e a Primeira Guerra Mundial: consequências operativas e planejamento**. Universidade federal do Rio Grande do Sul. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell%20Notebook/Downloads/71235-295453-1-PB.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2020.

RUETER, Gero. **Alemanha Registra Recorde de Energia Renovável**. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/alemanha-registra-recorde-de-energia-renov%C3%A1vel/a-47001526>. Acesso em: 24 jan. 2020.

RYGGVIK, Helge. **Construindo Uma Indústria Nacional de Petróleo Offshore – A Experiência da Noruega**. 1. Ed. Oslo, 2014.

SANTIAGO, Emerson. **Primeira Crise do Petróleo**. 2011a. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/primeira-cri-se-do-petroleo/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SANTIAGO, Emerson. **Segunda Crise do Petróleo**. 2011b. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/segunda-cri-se-do-petroleo/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo. Saraiva. 2005.

SENADO FEDERAL. **União Europeia**. 2015. Disponível em: [<https://www2.senado.leg.br/bdsf/browse?type=subject&value=Uni%C3%A3o%20Europeia%20\(UE\)>](https://www2.senado.leg.br/bdsf/browse?type=subject&value=Uni%C3%A3o%20Europeia%20(UE)) Acesso em: 15 jan. 2020.

SETTI, Ricardo. **Fundo Soberano da Noruega**. 2010 Disponível em: <http://www.ricardosetti.com/vejam-que-maravilha-e-o-fundo-soberano-de-um-pais-que-pensa-no-futuro-a-noruega/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

SOUSA, Rafaela. **Pré-Sal no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/presal.htm>. Acesso em: 14 jan. 2020.

TAKAHASHI, Lika. **Conheça os Modelos de Exploração de Petróleo**. 2008. Disponível em: [http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200808281837\\_RT\\_R\\_1219948624nN28305237](http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200808281837_RT_R_1219948624nN28305237). Acesso em: 23 jan. 2020.

WELLE, Deutsche. **A Alemanha Entregará Aliança para Abandonar Energia a Carvão.** 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/09/22/alemanha-integrara-alianca-para-abandonar-energia-a-carvao.ghml> > . Acesso em: 24 jan. 2020.

WILLRICH, Mason. **Energia e política mundial.** Rio de Janeiro. AGIR. 1978.

WTRG, Economics. **WTRG.** Disponível em: < <https://www.wtrg.com/> >. Acesso em: 21 nov. 2019.

YERGIN, Daniel. **Petróleo: Uma História Mundial de Conquistas, Poder e Dinheiro.** Editora Paz & Terra, 2012. Tradução de Leila M. U. Di Natale, Maria C. Guimarães.

